COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 70 NOVEMBRO 1991

Massacres em Timor: por quanto tempo ainda?

No curto espaço de um mês, a situação em Timor-Leste conheceu uma evolução rápida e brutal que a trouxe para o primeiro plano das atenções mundiais. Opiniões públicas e centros de poder viram-se, de repente, confrontados com a violência de uma realidade que as primeiras ignoravam e os segundos procuravam ignorar.

Mas agora, o sangue dos massacrados em Dili opõe-se a que isso aconteça. Por quanto tempo?

A SUSPENSÃO DA VISITA: TEXTOS E PRETEXTOS

São conhecidos os motivos que estiveram na base da suspensão da visita da delegação parlamentar portuguesa (DPP) a Timor-Leste: quando os luso-deputados estavam já resignados a ter que fazer as malas para a viagem, a Indonésia levantou objecções à presença de três jornalistas indicados por Portugal na comitiva, tendo restringido depois apenas a um deles o seu veto.

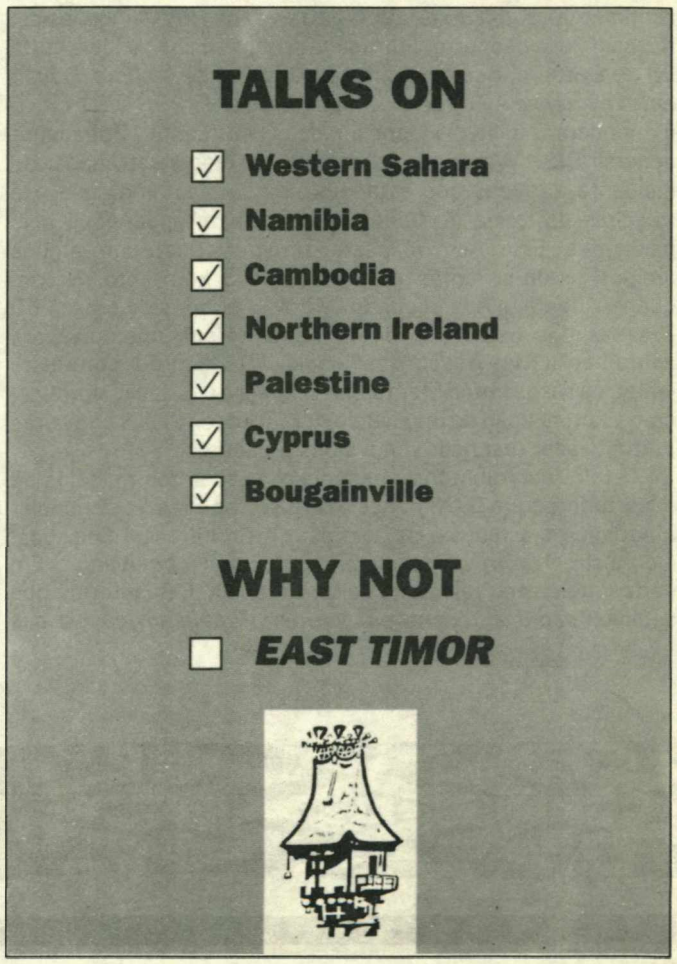
Lançado a duas semanas da data anunciada para a partida da DPP, este veto apareceu claramente como um pretexto para impedir a concretização da visita, tirando partido da má colocação, desde o início, de Portugal no terreno das negociações, que tinham coagido o Palácio das Necessidades a sucessivas cedências perante Jacarta e perante o olhar complacente do representante do Secretário-Geral da ONU.

Os dias que antecederam esta ruptura foram de uma tensão crescente, dado que as vozes vindas de Timor alertando para as consequências do pós-visita também iam crescendo. O Bispo Ximenes Belo, numa entrevista a uma rádio portuguesa, apelou à presença de uma "*força internacional para controlar a situação, após a partida dos deputados*", pois caso contrário haveria um banho de sangue. Na sua impossibilidade, seria melhor os deputados não irem. As suas palavras "*Não venham, não venham!*" encheram as páginas dos jornais portugueses nos dias seguintes à entrevista e foram refúgio para alguns espíritos assustados.

A forma como Portugal, pela voz do presidente da AR Dr. Vítor Crespo, anunciou a decisão de não ceder a mais esta exigência indonésia, também causou alguma surpresa e levantou muitas interrogações. A sensação que ficava era a de que tinha sido com alívio que os órgãos de soberania portugueses - e muito particularmente a AR - tinham decidido suspender a visita.

No mar de justificações que se seguiu, alternaram as referências à dignidade nacional ferida com o apelo angustiante do Bispo Belo, a que se juntou - espanto dos espantos! - a insinuação de que o Comandante Xanana Gusmão apenas aguardava a ida da DPP para lhe cair nos braços, rendido [ver caixa na pág.3].

E enquanto Portugal e a Indonésia trocavam acusações,



NESTE NÚMERO:

- Massacres em Dili: até quando?
- Uma "história da carochinha"
- Os Reformistas indonésios e Timor-Leste

responsabilizando cada um deles o outro pelo falhanço da visita, tornava-se evidente que, do ponto de vista político, as duas partes estavam de acordo quanto a:

- retirar a iniciativa política à Resistência timorense no seu próprio terreno;
- tratar o conflito como um assunto interno a cada um dos Estados.

Contra isto chamou a atenção a CDPM: "*Palavras e declarações não são suficientes. (...) Depoimentos e entrevistas para consumo interno não bastam. (...) Boas intenções e argumentos judiciosos não chegam. (...) Uma vez mais, Portugal não deve ceder à tentação de tratar a questão de Timor-Leste como se fosse um assunto de política interna*".

AS PRIMEIRAS CONSEQUÊNCIAS

Nos dias que antecederam a suspensão da visita, foi tornada pública em Portugal uma carta assinada por dirigentes ainda residentes em Timor-Leste, do Partido Trabalhista, do Kota e da Apodeti, três partidos timorenses que tinham as-sinado em 1976 a Petição de Balibó pedindo a integração na República da Indonésia.

Nessa carta diziam: "*A Indonésia está actualmente a lutar desesperadamente para evitar a humilhação de ter de abandonar Timor-Leste - como é desejo do seu Povo (...)*".

Os acontecimentos ocorridos na Igreja de Motael na noite de 28 de Outubro - 48 horas depois de Lisboa ter anunciado a suspensão da visita - inscrevem-se nesta escalada desesperada do ocupante indonésio: assalto à Igreja por forças de segurança e bandos para-militares financiados e organizados por Jacarta, a que se juntou a tropa, e de que resultou a morte de Sebastião Rangel e de Afonso Henriques e a prisão de 20 jovens timorenses que tinham procurado refúgio naquela Igreja, um dos quais tinha conseguido fugir da prisão da Comarca uma semana antes.

Nos dias seguintes, o exército de Suharto apareceu a acusar a Igreja Católica como albergue e instigadora de sentimentos anti-indonésios. O porta-voz das FFAA indonésias, Nurhadi Purwosaputro, afirmou, a propósito dos incidentes de 28 de Outubro, que estavam "*a investigar se há uma ligação entre a Igreja e a Fretilin*". O **Jakarta Post** de 29/10/91 cita o comandante militar indonésio de Timor-Leste, Brigadeiro-general R.S. Warow, que atribuiu a responsabilidade do incidente a jovens que estariam albergados numa casa nas traseiras da Igreja de Motael e que teriam apedrejado dois passantes. Estes, em resposta, teriam voltado com alguns amigos tendo-se então desencadeado o confronto. Na sequência deste, ainda segundo Warow, teriam sido presas 50 pessoas das quais 18 foram mantidas sob custódia para apuramento das responsabilidades. De acordo com este jornal, na rusga então efectuada na Igreja e nas casas vizinhas, com a autorização do Bispo Belo, foram encontradas bandeiras portuguesas, machados, navalhas e cacetes.

O tom incriminatório e responsabilizador dos magalas de Jacarta forçaram D. Ximenes Belo a sair a terreiro a denunciar a situação e a recusar-se a assistir à Conferência Episcopal indonésia, "*tanto como observador como convidado*". Em carta dirigida ao Presidente da Conferência, Belo informa que decidiu "*não ir a Jacarta em 'protesto' pela arrogância das forças armadas da Indonésia que (...) mataram um jovem chamado Sebastião Gomes*". A decisão do Bispo Belo foi reforçada pelo noticiário da TV indonésia, em que eram atribuídas - através de "*relatos mentirosos, falsos e fabricados*" - todas as responsabilidades do acontecido à Igreja de Timor-Leste.

No já citado comunicado de imprensa, a CDPM apelava entretanto à "*Potência Administrante para que tome de imediato as iniciativas conducentes:*

- à condenação internacional da violência desencadeada pela potência ocupante;

- a uma completa investigação internacional dos acontecimentos ocorridos no território em 28 de Outubro;

- a uma reunião informal do Conselho de Segurança da ONU para avaliar da deterioração da situação no território".

E prevendo o desencadear da violência pelo ocupante, a CDPM pedia "*aos órgãos de soberania para requerer junto do Secretário-Geral da ONU o rápido envio de um grupo de observadores designados por ele para acompanhar o evoluir da situação durante as próximas semanas*".

A PREÇO DE SANGUE

Não fora a presença de uma mão cheia de estrangeiros - entre os quais vários profissionais da informação - e os acontecimentos ocorridos no dia 12 de Novembro no cemitério de Santa Cruz em Dili teriam passado despercebidos aos olhos do mundo, como já tantas vezes ocorrera no passado (lembremos o massacre de Kraras, acontecido em Setembro de 1983 que, apesar de denunciado por Ximenes Belo, foi ignorado pelos poderes instituídos e pelos «mass media»).

Os relatos feitos pelos jornalistas norte-americanos Amy Goodman, da **Pacifica Radio**, e Allan Nairn, do **New Yorker**, à sua chegada a Guam, após terem presenceado o massacre de Santa Cruz e em que também foram agredidos pelos soldados de Suharto, transformaram-se num poderoso testemunho da actuação dos militares indonésios e contra a hipocrisia de quem os tem procurado proteger. Mas à medida que as horas passavam, mais relatos de outras testemunhas daquele sangrento acontecimento vinham confirmar e completar as primeiras informações.

Aos poucos, o civilizado mundo ocidental foi dando conta daquele horror e, timidamente, tomando posição.

Mas, enquanto os movimentos de cidadãos reagiram visando o estatuto de potência colonial de Jacarta, os poderes instituídos tentaram colocar o massacre fora do seu quadro político, isto é desligando-o da recusa da nação timorense em ser parte da Indonésia, "explicando-o" alguns deles pela insatisfação dos jovens motivada pela falta de empregos ... na Indonésia!

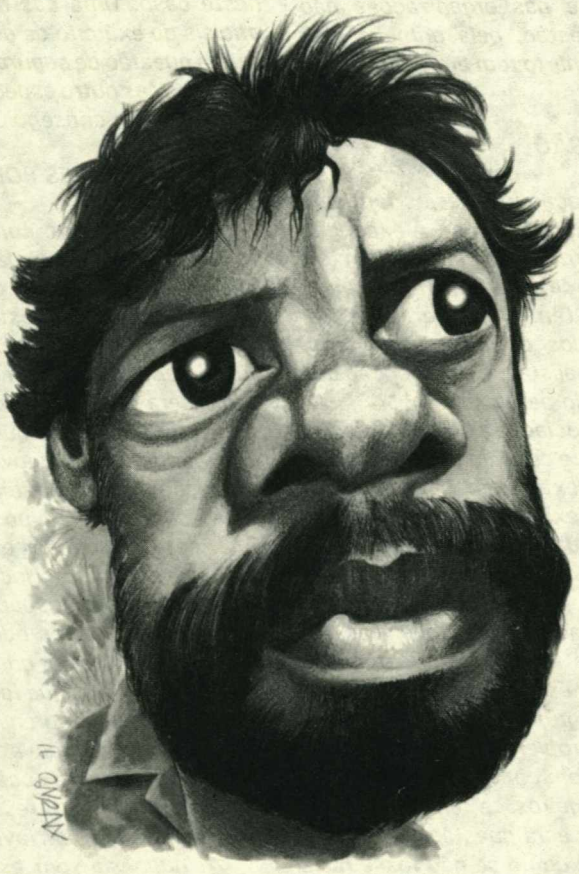
O impacto do massacre de Dili terá tendência a esbater-se. Nisso jogam a Indonésia e os seus aliados. Mas a opinião pública mundial, e muito particularmente os activistas do movimento social, ficaram marcados pela memória do sangue do cemitério de Santa Cruz que será como que uma espada apontada à hipocrisia da nova-velha ordem.

Para que não sejam possíveis mais morticínios em Timor-Leste, é necessário e suficiente que Timor-Leste seja independente. □

Uma "história da carochinha"

Poucos dias depois do anúncio da suspensão da visita da delegação parlamentar portuguesa (DPP) a Timor-Leste, apareceu na primeira página de alguns jornais nacionais a notícia de que o Comandante Xanana Gusmão estaria a aguardar a chegada da DPP para se entregar e que tal intenção teria contribuído para a dita suspensão.

Esta história não tem nada de original e é apenas uma reedição actualizada de uma outra que apareceu há oito anos atrás, na edição de Tempo **de 7/7/83. É essa "pérola", da autoria de Cristóvão Santos, ex-militante da Fretilin e à época correspondente na Austrália daquele semanário, que não resistimos à tentação de aqui reproduzir, para deleite daqueles políticos que ainda precisam de uma boa "história da carochinha" para embalar as suas consciências ...**



Expresso, 23/11/91

"Melbourne (Tempo) - Pela primeira vez desde 1975, falei para Dili. A chamada foi dolorosa porque, no outro lado da linha, estava nem mais nem menos, aquele em que a Fretilin depositava todas as esperanças para manter acesa a luta pela autodeterminação de Timor-Leste: José Xanana Gusmão.

Membros do C.C. da Fretilin anunciaram recentemente em Lisboa, que José Xanana Gusmão estava a manter conversações com entidades indonésias com vista à eventual retirada das tropas de Jacarta de Timor-Leste. Anunciaram também que um cessar-fogo havia sido decretado.

Nada mais errado. Houve com efeito conversações, mas não em Março. Foi em Fevereiro e não foram solicitadas ou anunciadas por autoridades indonésias. Foi José Gusmão que solicitou às autoridades locais para ter um encontro com o engenheiro Mário Carrascalão, o homem nomeado governador de Timor pelo Governo de Jacarta. Ao encontro teriam comparecido José Gusmão e o seu comandante de campo, Mau Lico, e, do lado indonésio, o engenheiro Mário Carrascalão e o comandante Beni, do Exército de ocupação.

José Gusmão afirmou ontem, pelo telefone, que foi um encontro destinado a estabelecer a sua rendição, bem como a de cerca de três centenas de guerrilheiros sob o seu comando e de milhares de seus familiares. Carrascalão, na presença do comandante garantiu que 'nada lhes aconteceria'.

Nesse encontro, Gusmão não sabia a hora, o dia e o mês em que estava, e pediu a Carrascalão e ao comandante Beni que lhes dessem os respectivos relógios, ao que eles acederam.

Um mês depois, houve a rendição total na zona de Aileu, com comida, bebidas e um desafio de futebol entre guerrilheiros da Fretilin e soldados indonésios.

Ao regressar a Dili, José Gusmão recebeu uma casa e um Land Rover das autoridades como oferta. Hoje, é um funcionário no departamento de Economia de Dili. Gusmão garantiu-me que 'já não há qualquer luta em Timor'.

Foi então que lhe perguntei se não se sentia um traidor, na medida em que todas as esperanças se depositavam nele. Respondeu: 'Se alguém disser isso, que venha cá ver. Depois de andar sete anos no mato a passar uma vida de subsistência, sem qualquer apoio militar, sem medicamentos, o que queriam que eu fizesse?'. *E rematou que a tarefa mais importante agora é trabalhar para dar uma vida mais decente a todos os timorenses, que até agora já sofreram o bastante. (...)."*

Timor-Leste: batata quente para os reformistas indonésios?

O professor Herb Feith, do Departamento de Assuntos Políticos da Universidade de Monash, em Melbourne, Austrália, escreveu um artigo para publicação no Sunday Age **de 17 de Novembro, a propósito da mudança de posição dos sectores reformistas da sociedade indonésia relativamente ao problema de Timor-Leste.**

"Os massacres de terça feira [12 de Novembro] *em Dili poderão ter como consequência uma forma diferente dos indonésios encararem a questão de Timor-Leste.*

A declaração do chefe das FFAA Try Sutrisno, de que no tiroteio do cemitério de Santa Cruz não foram mortos 'mais de 50', gerou ondas de choque através da comunidade dos

indonésios politicamente mais conscientes.

De imediato foram feitas comparações com o episódio mais importante da história política da Indonésia dos anos 80, quando soldados mataram cerca de 60 pessoas ao tentar abafar uma manifestação muçulmana no porto de Tanjung Priok, em Jacarta, em 1984.

A maior parte da discussão na Indonésia sobre o que aconteceu em Dili está centrada no mundo tenebroso do fraccionismo militar. (...) Abundam teorias sobre quem e qual a fracção militar que estará por detrás dos massacres, quem tentava desacreditar quem. Muitas delas são teorias que envolvem rivais na luta pela sucessão de Suharto.

Mas o massacre gerou também novas reflexões sobre o papel relevante que Timor-Leste tem na luta pela democracia na Indonésia.

Muitos indonésios - particularmente nos meios de comunicação, nas universidades e nas organizações não governamentais e profissionais - estão, pela primeira vez, conscientes de que o governo de Suharto tem em Timor-Leste um osso duro de roer.

CENSURA E FALTA DE INFORMAÇÃO

A censura nos meios de informação indonésios tem sido muito rígida no que respeita à questão de Timor. À excepção de meia dúzia de pessoas fora do território, a censura tem tornado quase impossível debater o que se passa em Timor-Leste.

Nestes últimos cinco anos tenho conversado frequentemente com vários indonésios críticos do governo, particularmente universitários e jornalistas, e a percepção que têm de Timor-Leste tem-me deixado perplexo.

Um pequeno grupo, pessoas associadas a organizações de direitos humanos, está perfeitamente consciente da violência que se abate sobre este território, da extraordinária intensidade da repressão e da resistência que existe. Alguns deles têm contactos com timorenses que estudam em universidades em Java. Muitos deles trabalharam em Timor-Leste nas suas estratégias para a democratização.

Estas pessoas têm-se empenhado nos últimos dias em protestos muito corajosos. Alguns levaram a questão dos massacres até ao parlamento indonésio.

Mas, para além deste pequeno grupo, a tendência é a de olhar para Timor-Leste como um problema de menor importância. Muitas das pessoas com quem contactei, pareceram-me surpreendidas ao ver estrangeiros, e principalmente australianos, tão preocupados com esta questão.

Parecem olhar para Timor-Leste como se não fosse mais do que outra pequena e longínqua província. Fiquei com a impressão de que encaram os problemas de miséria e de abuso do poder militar em Timor-Leste da mesma forma como os encaram relativamente a outras ilhas exteriores.

Os acontecimentos desta semana e o que acontecer nos próximos tempos poderão alterar muito esta forma de encarar o problema. Os democratas indonésios sentem que as pressões internacionais para o respeito pelos direitos humanos poderão trazer benefícios para eles, o que os levará, de hoje em diante, a tomar mais atenção à questão de Timor-Leste.

Além disso, fá-lo-ão com uma nova consciência de que as decisões do governo sobre Timor-Leste - e de como gerir as consequências internacionais destas decisões - poderão ameaçar os tímidos avanços dos últimos anos para uma política mais aberta e constitucional.

AS ONG E OS SEUS DIRIGENTES

Um grupo de indonésios reformistas que há muito está bem informado sobre Timor-Leste - mas até agora relutante em pegar no assunto - é o constituído pelos dirigentes dos vários grupos de ONG: ambiente, agências de desenvolvimento rural e educacional, organismos de apoio judicial, etc.

As direcções destas organizações são pessoas politicamente sofisticadas, muito viajadas, com consciência das pressões internacionais sobre o governo de Suharto, sobretudo de como a questão dos direitos humanos pode afectar o fluxo da ajuda internacional.(...).

Porque é que os dirigentes das ONG indonésias têm sido tão prudentes sobre a questão de Timor-Leste? Têm sido muito críticos em várias outras questões - frequentemente de forma vigorosa, embora o tom seja geralmente polido - mas não neste caso. Uma das razões para tal é que certamente os oficiais do exército os devem ter avisado de que Timor-Leste é uma questão de segurança, na qual não tolerarão discussões críticas. Mas outro aspecto importante é que os dirigentes das ONG não têm conseguido chegar a uma posição consensual.

O QUE É QUE ELES PODEM DIZER SOBRE TIMOR-LESTE?

Para eles, assim como para muitos outros elementos da oposição bem educada, o problema de Timor-Leste tem estado na gaveta das questões delicadas. O problema é a ligação entre Timor-Leste e outras situações como a da Papua Ocidental e do Aceh no Norte da Sumatra. Se a autodeterminação for conseguida para Timor-Leste, porque não o será para os outros?

Não é fácil ver o que é que este tipo de pessoas poderá recomendar ao seu governo que os não deixe vulneráveis à acusação de que estão a destruir a unidade do país.

Mas num mundo pós-guerra fria, no qual a autoridade da ONU está a ascender e onde os acordos de paz estão a ter sucesso em muitos locais do mundo, muitas vezes com a ajuda discreta de especialistas na resolução de conflitos, o problema não é de modo nenhum insuperável.

Uma das vias por que se pode optar é a de instar o governo a voltar às opções que foram esboçadas quando este negociou com a guerrilha timorense em 1983. Estas negociações foram secretas mas levaram a um cessar-fogo que durou três meses. Qualquer que seja a opção das ONG, tanto no que respeita aos processos como aos resultados, elas encontrarão um leque de argumentos úteis em favor do bom nome do seu país no mundo.

A Indonésia tem estado activa e temtido sucesso na procura de lugares cobiçados nas organizações internacionais. Conquistou assento na Comissão dos Direitos Humanos da ONU. O seu ministro do Trabalho foi eleito recentemente para a presidência da Organização Internacional do Trabalho. Além disso, no encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento dos Não-Alinhados, ocorrido no mês passado, foi acordado que a Indonésia seria o país anfitrião do encontro de 1992. Isto significa que o presidente Suharto assumirá então a presidência do movimento.

Os críticos reformistas poderão argumentar que estas conquistas estarão em perigo se o desastre de terça-feira em Dili for seguido de uma repressão massiva. Depois de 12 de Novembro, desenvolverão aqueles argumentos com um intenso sentimento novo de que o seu próprio destino está ligado ao dos timorenses." □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718/19/20, Fax: 534009
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317